



Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volodimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As quinze horas e quarenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo: (06). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig e Carlos Simões: (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições contidas no § 2º do artigo 175, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária ou quantas forem necessárias para discussão e votação, logo após a Sessão Ordinária, dos Projetos de Lei apreciados em 1ª discussão, bem como o Projeto de Decreto Legislativo n° 006/92.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja a presente sessão transformada em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente requerimento é uma homenagem à classe laboriosa do funcionalismo público estadual que nesta data comemora o seu dia, é de justiça que se aprove o Projeto de Lei que concede aumento em seus vencimentos.

Razão porque solicitamos o apoio dos ilustres Pares desta Casa.

Encaminhados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio encontram-se no Plenário os funcionários daquela Casa: Gerson Gilson Gomes, administrador dos Palácios Tiradentes e 23 de Julho; Paulo Maurício dos Santos, Departamento de Som; Sérgio Vieira, do Departamento de Oficinas; Carlos Costa Leite, subchefe do Gabinete da 1ª Secretaria. A Mesa lhes deseja boas vindas e uma feliz estada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada da Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 283/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 081/92, que aprova a abertura de crédito suplementar de Cr\$

Curitiba, quarta, em 28.10.82

1.701.040.000,00 (hum bilhão, setecentos e um milhões e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Com o voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA - E também da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 083/92, que reajusta a partir de 1º de outubro de 1992 os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado e, ainda, sobre adoção de outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 04 (quatro), nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 299/92.

Art. 1º - Fica suprimido do Projeto de Lei 299/92 o seu artigo 15.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) PAULO MAIA.

Apoio: Nelson Justus, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Da forma como apresentado o referido artigo do Projeto de Lei nº 299/92, o Poder Executivo recebe efetiva delegação de poderes que são prerrogativa do Poder Legislativo. Por respeito aos poderes instituídos e mesmo por defesa aos interesses dos servidores, as eventuais alterações no conjunto de benefícios merece passar à apreciação do Poder Legislativo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

O artigo 12 do Projeto de Lei nº 299/92 terá a seguinte redação:

"A Secretaria de Estado da Administração através de Lei dará o enquadramento

dos servidores nas tabelas de que trata o artigo anterior, efetuando alterações de nomenclatura e avaliação dos empregos".

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

Apoio: Florisvaldo Fier, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Mário Bezerra e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

"Erradique-se do Projeto de Lei nº 299/92 o art. 15".

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

Apoio: Florisvaldo Fier, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Mário Bezerra e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

É flagrantemente inconstitucional o presente artigo, mercê do disposto nos arts. 7º, parágrafo único e o próprio art. 33 parágrafo 2º, que estabelece a necessidade da existência de norma legal infra-constitucional.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

O artigo 8º do Projeto de Lei nº 299/92 terá a seguinte redação:

"Para fins de aplicação do limitador constitucional da remuneração dos integrantes das Carreiras de Procurador do Estado e de Delegado de Polícia, serão observados os percentuais entre as respectivas classes".

(Suprima-se o advérbio de negação "não" constante do corpo do artigo).

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

Apoio: Florisvaldo Fier, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Mário Bezerra e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Assim estar-se-á respeitando o disposto no art. 125, parágrafo 2º, inciso V, da Constituição Estadual.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando que a presente sessão seja transformada em Comissão Geral. **-Aprovado.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

(Assentimento).

Sugeria ao Sr. Presidente e aos demais membros desse Plenário que o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça convocasse uma reunião extraordinária para que fossem apreciadas as emendas apresentadas em 2ª discussão. E a homenagem que o Deputado Cartário quer prestar ao funcionalismo público, deveria ter sido feita anteriormente com a remessa antecipadamente dessa Mensagem para que nós pudéssemos

estudá-la, votá-la em tempo hábil, para que na folha de outubro recebessem os seus vencimentos respectivos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão. Em votação.

O SR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, homenagem ao servidor público não se faz simplesmente aprovando requerimento na Assembleia Legislativa ou não se faz simplesmente, principalmente quem tem a caneta na mão e de tinta cheia, não se faz com discurso, mas se faz na prática essa homenagem. Primeiro, enviando com antecedência para que possamos analisar todo o processo; Segundo, quando vem essa mensagem, que venha acabando realmente com o achatamento salarial e colocando em ordem as questões dos servidores como Regime Jurídico Único, Plano de Cargos e Salários e principalmente um debate democrático com as entidades, os representantes dos servidores que não são ouvidos na atual administração, e a bancada do Sr. Governador tem condições de exigir do Sr. Governador que ele possa ouvir, debater democraticamente com essas entidades. Por isso nós gostaríamos que fosse convocado em Regime Extraordinário uma Sessão da C.C.J., para que fossem avaliadas essas emendas. E isso é possível, pois enquanto nós ficamos esperando no intervalo da primeira sessão para esta, bastasse ter sido convocado. Como não foi, nós podemos aguardar aqui enquanto a C.C.J. se reúne. Então nosso requerimento vai no mesmo sentido do Deputado Colombino e eu falo em meu nome e do Deputado Ovídio Constantino a respeito disso.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.
(Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu registro a nossa posição também favorável aos pronunciamentos do Deputado Colombino e do Deputado Dr. Rosinha. Nós temos certeza que os votos de congratulações e de outras bajulações ao funcionalismo público, se dariam através de manifestações concretas que dessem condições de vida digna, e não ser pegos de surpresa, mais uma vez, da forma como estão sendo, no envio de mensagens como esta, que simplesmente diz respeito ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Somos contrários a essa transformação nesse momento, porque o assunto tremendamente preocupante é a vida do funcionalismo público. E nós não podemos concordar mais uma vez, não podemos nos abaixar, não podemos estar aqui falando de joelhos aos interesses do Governo do Estado. Temos a

obrigação de fazer o nosso trabalho de legisladores, de fiscais das coisas públicas do Estado do Paraná e lamento profundamente que um requerimento dessa natureza seja apresentado justamente no dia do funcionário público, o que caracteriza não o respeito ao conhecimento do direito ao funcionalismo, mas simplesmente, um desrespeito ao Plenário desta Casa e as suas Comissões constituídas que lamentavelmente não terão, como não tiveram pois não receberam as mensagens, não terão condições também de examinar as emendas com a maior profundidade possível, tentando pelo menos garantir a vida e o reajuste dos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento solicitando que a presente Sessão seja transformada em Comissão Geral, objeto principal de apreciação de Emendas apresentadas em 2.ª discussão.

Srs. Deputados que aprovam o Requerimento.

APROVADO.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Registro o protesto da Bancada do Partido Liberal em face dessa atitude tomada pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário e a maioria dos Srs. Deputados com assento na Assembleia Legislativa. Nós somos Deputados para legislar, não estamos aqui para votar apressadamente.

Isso ocorre todos os meses em todas as oportunidades. Levamos ao conhecimento da Presidência da Assembleia o nosso protesto. Parece que o nosso protesto não foi ouvido, a Presidência da Assembleia Legislativa tem que manter os princípios constitucionais aos quais juramos fidelidade, quando assumimos o nosso mandato de Deputado Estadual. Infelizmente nós estamos sujeitos ao rolo-compressor da Oposição que não respeita a minoria, que não respeita o direito do servidor, que vota matéria inconstitucional com o maior desprazo, com a maior irresponsabilidade! Nós temos compromisso com o Paraná e com esta Assembleia Legislativa, e é lamentável que se transforme este Plenário em Comissão Geral, para que se dê parecer numa matéria que poucos Srs. Deputados conhecem.

Poucos tiveram conhecimento e poucos tiveram o trabalho de lê-lo na sua íntegra e ter a sua opinião formada, porque, acima de tudo nós temos compromissos com o Paraná! Não temos compromissos com ninguém, não temos compromissos com o Plenário da Assembleia Legislativa, devemos manter a

Constituição! É lamentável que isso aconteça numa época em que o Brasil está passando por uma transformação, onde o PMDB não tem mais a quem interditar, onde o PMDB não tem mais a quem debitar a falta de recursos do Governo Federal, pois agora tem participação direta no Governo Federal e vai assumir como assumiu no Governo Sarney as responsabilidades com a nação brasileira, e que foi o grande responsável pelo caos em que vivemos! E essa Assembléia vai viver mais um caos!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não é nossa intenção polemizar as discussões, na tarde de hoje, mas é evidente que nós não podemos concordar com todas as afirmativas do Deputado Colombino Grassano quando tenta responsabilizar a desgraça do País ao Partido do PMDB, do qual somos líderes, nesta Assembléia.

Todos nós sabemos que na História do Brasil não foi o PMDB, no Governo Sarney, do qual participou modestamente, e não é o PMDB agora, nestes poucos dias de Governo Itamar Franco, que propiciou a desgraça do País. Todos sabemos, a História e valerosos brasileiros já demonstraram que o Brasil teve os seus prejuízos e as suas dificuldades acumuladas bem antes do PMDB participar, modestamente, do Governo Federal, nestas duas oportunidades.

E lembrar ainda que não é nenhum desrespeito a esta Assembléia e nenhum desrespeito ao funcionário público nós transformamos esse Plenário em Comissão Geral, este é um instituto que já foi adotado pela Assembléia em tantas e tantas oportunidades, e em nenhum momento causou prejuízo a este Poder Legislativo, a imagem dos atos aqui praticados. Só foram usados em momentos em que se fazia necessário, como agora, de nós votarmos ainda hoje em 2.^a, 3.^a - se for o caso - redação final também se for o caso, os Projetos que atribuem ajustes salariais aos servidores públicos. E é uma maneira desta Assembléia Legislativa, atuando em Comissão Geral, homenagear o servidor público, no seu dia, aprovando estes ajustes salariais, que sabemos ainda não satisfazem aos seus interesses e necessidades, mas com certeza darão a eles uma melhor condição de vida a partir do momento em que puderem ser incluídos no contracheque do mês de outubro como é a intenção dos Deputados desta Casa e do Governador Roberto Requião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação o Projeto de Lei 299, ressalvadas as Emendas. APROVADO.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Nosso voto con-

trário aos artigos 8, 12 e 15.

O SR. DR. ROSINHA - Nosso voto contrário ao artigo 15.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na ordem das preferências, emenda da Comissão de Justiça, artigo 177, inciso 3.^o do Regimento Interno. Aprovado a emenda da Comissão de Justiça, prejudicados ficam as emendas do Deputado Paulo Maia e Colombino Grassano, que se referem ao artigo 15.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Para Encaminhar) - Eu votei na Comissão de Constituição e Justiça a respeito dessa emenda do ilustre Deputado Hermas Brandão, e fiz constar em Ata na Comissão de Justiça que faria o meu protesto em Plenário e daria o meu voto contrário a esta emenda porque é pela primeira vez que se vê nesta Assembléia Legislativa, estabelecer prazo fixo para a Constituição; a Constituição está tendo prazo fixo de seis meses para atuar e depois desaparece.

O SR. PAULO MAIA - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Srs. Deputados, quando apresentamos esta emenda, apresentamos de fato com a preocupação de que já relatamos na Sessão Ordinária desta Casa. Nós do PDT não seremos cúmplices na assinatura do cheque em branco ao Governo do Estado do Paraná que tem tratado os funcionários públicos da forma como vem tratando. Respeito a iniciativa do Deputado Hermas Brandão por apresentar, e por se preocupar com essa questão posta através do artigo 15, mas temos que registrar para que não se diga amanhã ao Paraná que esta Casa, por unanimidade, aprovou um prazo fixo de seis meses para o ato inconstitucional, que esta Casa por unanimidade aprovou a inconstitucionalidade de um ato Constitucional. Isso nós temos que deixar registrado aqui, inclusive pelas razões expostas na própria emenda do nobre Deputado Hermas Brandão. É lamentável que isto aconteça, estamos cumprindo com a nossa parte, e temos certeza que este Plenário não será unânime em aprovar, em dar 180 dias para que se regule um ato inconstitucional, que com certeza o governador do Estado irá vetar e devolver a esta Casa. Isso é lamentável e fica registrado aqui o voto de protesto da Bancada do Partido Democrático Trabalhista da Casa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência confirmasse se já foi colocado em votação requerimentos do ilustre Deputado Geraldo Cartário, transformando em Sessão Plenária?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprova-

do.

O SR. COLOMBINO GRASSANO **(Pela Ordem)** -
Estão colocando já em discussão as emendas?

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** - A emenda preferencial da Comissão de Justiça.

Essa emenda, aprovada com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, vai prejudicar as duas emendas do Deputado Colombino Grassano e Deputado Paulo Maia.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - **(Pela Ordem)** -
Ocorre Sr. Presidente que pelo Regimento Interno temos todo o direito de apresentar em 2.^a discussão qualquer emenda, mesmo que essa emenda seja apresentada anteriormente similar na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** - Em votação a emenda da Constituição e Justiça. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. Prejudicadas as emendas do Deputado Colombino Grassano e Paulo Maia.

O DR. ROSINHA - **(Pela Ordem)** - Sr. Presidente, queremos registrar o voto contrário: Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e se me permitirem, Paulo Maia, Colombino Grassano, Cezar Silvestri, Nelson Justus e mais Mário Bezerra. O nosso voto é contrário porque nós entendemos que não existe a inconstitucionalidade somente por 180, ou é inconstitucional hoje, ou já é inconstitucional sempre. Então, não tem como um ato inconstitucional eu limitá-lo a um determinado tempo no espaço e somente esse tempo ele deixa de ser inconstitucional e se torna um ato legal. Ele é inconstitucional por um dia, uma hora, 180 dias, ou durante o tempo todo, enquanto não se muda a lei. Por isso, nós votamos contrário. E agora, em meu nome pessoal, eu lamento que um Deputado recém chegado, com disposição, já age desta maneira. Um Deputado que nesta semana tomou posse e que já, nos primeiros momentos que tem que debater questões sérias e profundas, já baixa a cabeça como os outros que estão aqui já mais de um ano baixando a cabeça para o Sr. Governador, agindo e aceitando o que o Sr. Governador tem feito de inconstitucional. Isto já no primeiro momento, no primeiro dia que poderia mostrar dignidade, já não tem mostrado, baixando a cabeça perante o Poder Executivo, contrariando o discurso do primeiro dia. Isto é vergonhoso.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - **(Pela Ordem)** - Não posso aceitar a provocação do Deputado Rosinha que, no afã de buscar

o monopólio das posições políticas populares, ataca justamente na bancada quem ainda ontem chegou, para cooperar com os movimentos populares, inclusive com o movimento dos servidores públicos por melhorias.

Ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Rosinha quando ele busca, numa série de considerações, e aqui ele busca a partir de considerações de natureza formal e legalista, obstruir um processo de votação que já está encaminhado, já está resolvido pela maioria do Plenário desta Casa. Não pode merecer, conseqüentemente, nem vou aceitar a provocação que o Deputado me dirige.

Acho que estamos aqui numa posição muito clara. Houve uma mensagem da Governadoria do Estado, que encaminha vencimentos e reajustes salariais expressivos aos servidores públicos. Quero acreditar que o Governo do Estado será capaz de, ainda nesta gestão, formular uma política salarial globalizante. Será capaz de evitar o regime único dos servidores públicos. De modo que a acusação que faz o Deputado Rosinha é uma acusação menor e inclusive desprestigia a própria posição do PT que, ao invés de se isolar em posições, deveria procurar ampliá-las, para conseguir adesões aos seus interesses, aos interesses que procura defender.

É uma provocação que não aceito, muito menos dirigindo considerações menores do tipo indignidade, não! Estamos à frente de um processo político de profundas transformações. A frente está o nosso companheiro Governador Roberto Requião, eleito pelo voto do povo do Paraná e que reúne as condições políticas, as condições morais, as condições intelectuais, de apresentar à Casa projetos consentâneos com os interesses de nosso Estado.

Devolvo as provocações ao Deputado e espero que em outras oportunidades o Deputado possa se conduzir com mais tranquilidade, de modo a poder não só ter a adesão nossa, como a adesão dos demais Parlamentares. O Deputado está em minoria no Plenário. Está em minoria na sociedade.

Concluo dizendo que talvez a referência de política salarial e de política de pessoal do Deputado, da bancada do PT, mas quero creditar ao Deputado Rosinha, seja a política salarial e de pessoal, desenvolvida pela Deputada Federal, hoje candidata à Prefeitura do Rio de Janeiro, que empregou todos os seus parentes no gabinete Parlamentar.

O DR. ROSINHA - **(Pela Ordem)**.

O SR. PRESIDENTE - **(Anibal Khury)** - Pela Ordem, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - O nobre Deputado não se ateve ao Regimento Interno. A questão da Benedita é da Benedita e a questão do Governador é do Governador. E quantos irmãos e parentes tem o Governador do Estado? Responda depois e justifique.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Emenda do Deputado Colombino Grassano. A Secretaria do Estado e da Administração, através da lei, dará o enquadramento dos servidores nas tabelas de que trata o artigo anterior, efetuando alterações, nomenclatura e avaliação de empregos.

Outra emenda: para fins de aplicação do limitador constitucional da remuneração dos integrantes das carreiras de Procurador do Estado e Delegados de Polícia, serão observados os percentuais das respectivas classes. Suprima-se o advérbio de negação NÃO constante do corpo do artigo.

Deputado Oswaldo Trevisan para relatar.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Incumbido por esta Presidência, relato a emenda modificativa ao Projeto de Lei n° 299/92. Emenda esta de Plenário que leva o n° 02.

O artigo 12 do Projeto de Lei n° 299/92 terá a seguinte redação:

"A Secretaria de Estado de Administração, através de lei, dará o enquadramento dos servidores nas tabelas de que trata o artigo anterior, efetuando alterações de nomenclatura e avaliação dos empregos".

A emenda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, atende aos princípios constitucionais, regimentais e está em condições de ser apreciada por este Plenário.

Tenho também em mãos, Sr. Presidente, a Emenda Supressiva ao Projeto de Lei n° 299/92, emenda de n° 04 do Plenário.

O artigo 8° do Projeto de Lei 299/92 terá a seguinte redação:

"Para fins de aplicação do limitador constitucional da remuneração dos integrantes das carreiras de Procurador do Estado e de Delegado de Polícia serão observados os percentuais entre as respectivas classes. Suprima-se o advérbio de negação NÃO, constante do corpo do artigo".

A emenda, Sr. Presidente, também atende aos princípios constitucionais, regimentais, e está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação o parecer do Deputado Oswaldo Trevisan. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

Em votação a emenda do Deputado Colombino Grassano. Os Senhores Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se. REJEITADA.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Sr. Presidente. Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Não teria preferência a verificação de votação, Sr. Presidente, pelo Regimento Interno? É uma tradição nesta Casa, não conformedo quem perde, pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A tradição da Casa é a chamada nominal. Não importa, porque eles poderiam pedir depois para verificação de votação também.

Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Nelson Garcia) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Responderam à chamada 30 Srs. Deputados. Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Só gostaria de justificar que o Deputado Ernani Pudell se encontra em Cascavel hoje, num ato da Uniãoeste a respeito da problemática na nomeação do interventor, por isso está ausente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Justificado.

Srs. Deputados que aprovam a emenda n° 02 do Sr. Deputado Colombino Grassano, queiram levantar-se.

5 Srs. Deputados.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se:

24 Srs. Deputados.

REJEITADA a emenda.

Emenda n° 4 (Lê).

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. REJEITADA.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 300/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo

por artigo.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 301/92 de autoria do Tribunal de Contas, que reajusta nos meses de outubro e novembro de 1992 os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas a vigorar a partir de 01 de outubro de 1992 conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas em nº de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia e Colombino Grassano, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 301/92

Artigo 1º - Fica suprimido o artigo 7º do Projeto de Lei 301/92.

Sala das Sessões em 28.10.92.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri, Ovídio Constantino, Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA

A autorização para que o Tribunal de Contas estabeleça a seu critério as gratificações de atividades aos seus servidores, principalmente em se tratando da finalidade da consecução de isonomia, merece que seja apreciada "a priori" pelo Poder Legislativo. A presente emenda, portanto, busca assegurar a autonomia e as prerrogativas dos poderes instituídos, bem como garantir uma atividade fiscalizadora por parte dos deputados, que são dotados de poderes políticos dos quais não se pode abdicar.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

"Erradique-se do Projeto de Lei nº 301/92, o Art. 7º".

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Nelson Justus, Ovídio Constantino, Cezar Silvestri e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

É flagrantemente inconstitucional o presente artigo, mercê do disposto nos arts. 7º, parágrafo único e o próprio art. 33 § 2º da Constituição Estadual, que estabelece a necessidade da existência de norma legal infraconstitucional.

Antes porém, vamos votar da C.C.J.. Aprovada a da C.C.J., ficarão prejudicadas as outras emendas. (Lê emenda da C.C.J.)

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - O critério adotado pela Presidência nesta emenda é diferente do critério adotado

na emenda anterior?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Se a emenda for aprovada as outras emendas ficam prejudicadas

O SR. COLOMBINO GRASSANO - V. Exa já encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parecer do Deputado...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Não foi relatada esta matéria ainda aqui?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Não foi designado o Relator?

(Vozes paralelas)

Essa se refere ao Tribunal de Contas do Paraná e as relatadas pelo Deputado Trevisan...

(Vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem razão Vossa Excelência. Se a emenda for aprovada ficarão prejudicadas as demais emendas.

Se for rejeitada, a Mesa vai designar o Relator para apreciação das emendas.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, conservem se como estão.

(Pausa).

Rejeitada.

Deputado Basílio Zanusso para relatar as duas emendas.

O SR. DR.ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Votei contrário que fosse transformado em Plenário Geral e eu, portanto, não aceitarei a incumbência de Relator.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, designado por V.Exa. para relatar as emendas supressivas de nº 1 e 2, na condição de relator da Comissão Geral, manifesto favoravelmente a aprovação das emendas e que as mesmas estão em plenas condições de serem votadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam as emendas que suprime o artigo 7º foi projeto de lei.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - É aprovação da emenda ou do parecer do Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda ao parecer.

Em votação o parecer.

Queria fazer uma economia processual. Os Senhores Deputados que aprovam o parecer...

O SR. COLOMBINO GRASSANO O parecer é pela constitucionalidade da emenda? Porque nós não ouvimos bem o Deputado Basílio Zanusso, talvez não pudesse, com dificuldade para apreciar essa matéria, não se expressou claramente e eu não sei se ele foi...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Favorável, o parecer foi favorável às emendas.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Colombino Grassano e no mesmo sentido o Deputado Paulo Maia conservem-se como estão.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Esta emenda que nós estamos apresentando ao artigo 7º do Projeto de Lei nº 301, simplesmente ele clareia o fato já posto também quando nós apresentamos a justificativa ao artigo 15.

A Constituição do Estado do Paraná no seu artigo 33 - parágrafo 2º diz: "A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou outros servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e relativas à natureza ou local de trabalho".

Por isso, a forma como está o artigo 7º na mensagem do Tribunal de Contas, ele contraria esse disposto constitucional, quando ele diz da isonomia através da revisão de gratificações e a revisão de gratificações não representa vencimentos, gratificação, vencimento pelo que estabelece a Constituição.

Por isso a nossa emenda objetiva corrigir essa distorção constitucional, suprimindo obviamente, desta Mensagem, este artigo 7º que contraria o preceito constitucional.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Suprimir o artigo 7º da Mensagem com aprovação das emendas supressivas.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar) - Até onde vai a minha memória, não me recordo, apesar do respeito e da admiração que tenho pelo Deputado Hermas Brandão, de ter sido esta emenda apresentada ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Razão porquê eu voto contrário a esta emenda e se não fui atento aos trabalhos da Comissão ontem, eu me penitencio perante o Senhor Presidente que está aqui presente e

os demais membros da Comissão, eu que procuro ser diligente na apreciação de todas as matérias que são submetidas à apreciação dos Senhores Deputados na Comissão de Constituição e apreciação dos Senhores Deputados na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda traz a assinatura de V.Exa.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa o vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento básico mensal do Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, assim como dos Auditores e Procuradores do mesmo Tribunal, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, Reestruturação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/92, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, no valor de Cr\$ 5.500.000.000.00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Em votação.**

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, para registrar o voto contrário ao Projeto de Lei nº 306/92.

O Deputado Ovídio Constantino já disse que nós somos contrários porque retiram verba do programa de saneamento ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, para colocar na atividade de apoio social e cultural. Nós analisamos e não conseguimos compreender porque se tira verba do programa de saneamento ambiental da Região Metropolitana e que defendem esta Região, que entendam e que me esclareçam, porque nós não conseguimos entender. Tira e vai

para ações sociais e culturais ações essas que não serão desenvolvidas pelo governo do Estado. Na rubrica deixa claro que serão verbas repassadas às entidades chamadas filantrópicas e essas entidades é que vão aplicar o dinheiro.

Portanto, tiram de uma causa nobre e passam para uma causa obscura. Se esses Deputados nos convencerem da justeza, nós ainda poderemos rever o nosso voto ainda em terceira discussão.

Senão, nós seremos contrários e gostaria que os Deputados da Bancada de Curitiba e Região Metropolitana esclarecessem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **O projeto está aprovado**, com os votos contrários da Bancada do PT.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/92, de autoria do Procurador Geral de Justiça, fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, vigentes em 1º de setembro de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/92, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que autoriza que o vice-Governador do Estado, DR. MÁRIO PEREIRA se afaste do País por 10 (dez) dias, conforme especifica. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/92

Art. 1º - Fica autorizado o Doutor Mário Pereira, vice-Governador do Estado,

ausentar-se do País, por 10 (dez) dias, que ficarão mediados no período de 30 de outubro a 30 de novembro próximos, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington-DC, comparecer às reuniões para negociações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de contrato de empréstimo para o Programa de Corredores de Transporte do Paraná.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre a Mesa, Requerimento nº 1656 de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 1653, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 299 e 301/92.

Levanta-se a sessão.